



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

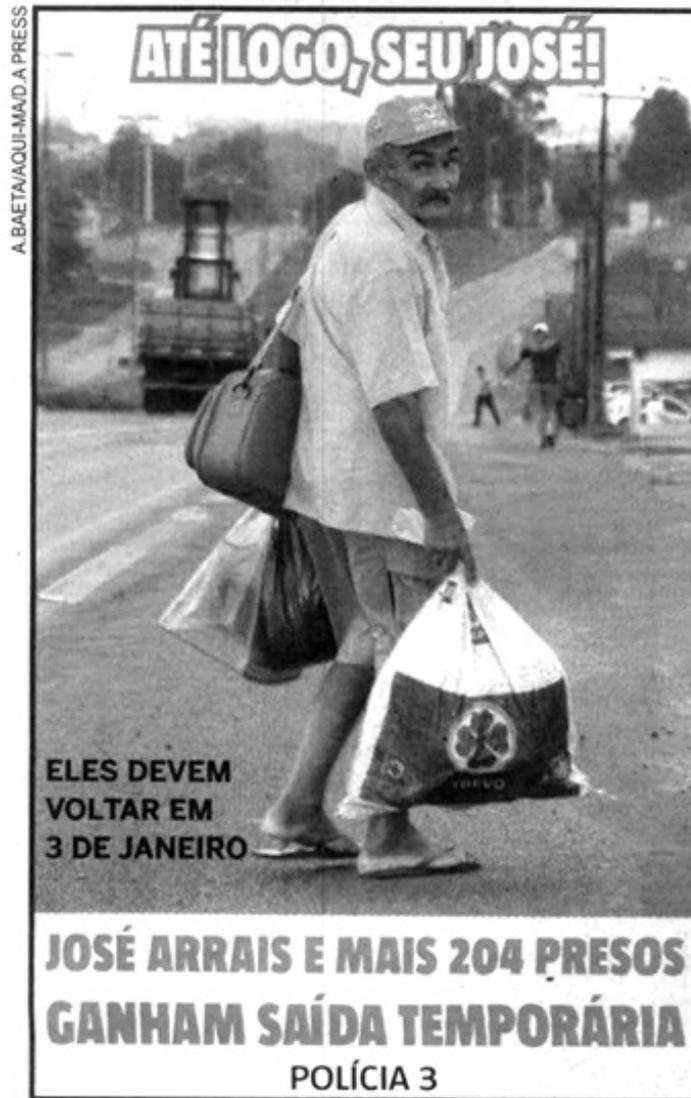
CLIPPING ELETRÔNICO

24/12/2010



INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CARTÓRIOS.....	3 - 4
2.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5 - 6
2.3. SISTEMA DIGIDOC.....	7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	8 - 9
3.2. DESEMBARGADORES.....	10
3.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	11
3.4. SISTEMA DIGIDOC.....	12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COMARCAS.....	13
4.2. INSTITUCIONAL.....	14
4.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	15 - 16
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	17
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	18 - 21
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	22
7.2. COMARCAS.....	23
7.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	24 - 25
7.4. SISTEMA DIGIDOC.....	26
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. COMARCAS.....	27 - 28



► BOM COMPORTAMENTO

205 presos ganham a saída temporária

Mais de 200 detentos foram beneficiados com a saída temporária de Natal/ano-novo deste ano. Os presos têm que retornar até o dia 3 de janeiro. As festas de fim de ano: sinônimo de "liberdade" para alguns presos. Neste período, a Justiça agracia alguns detentos do sistema prisional do estado com o benefício da saída temporária de Nata/ano-novo.

Mas nem todos podem ter esse direito. Para concorrer a uma vaga desta breve saída do presídio, o detento tem que está cumprindo pena em regime semiaberto. De acordo com informações do delegado da Superintendência da Polícia Civil, Marcos Wallas Pereira, 134 presos da capital e 71 do interior receberam o benefício. A decisão de liberar

os presos foi do juiz da 1ª Vara de execuções penais, Jamil Aguiar da Silva.

José Arrais das Neves, de 62 anos, é um dos que deixará a prisão para rever familiares. Ele é natural de Buriticupu. Foi condenado a cumprir pena de 4 anos e 10 meses por tráfico de drogas. Mas jura inocência. "A minha prisão foi armação. Colocaram uma prensa na minha casa e a polícia foi lá e me prendeu", revelou.

Neves cumpriu dois anos de cadeia. Está incluído no regime semiaberto desde novembro de 2009. Ele trabalha dentro do presídio de Pedrinha capinando terrenos e limpando esgotos. Esta é a quarta vez que José Arrais é beneficiado com a saída temporária. "Já saí no Dia das Mães, Dia

dos Pais e das Crianças", disse. Ele irá a Buriticupu comemorar as festas de fim de ano com a família.

Os detentos beneficiados com a saída temporária têm que retornar ao presídio até o dia 3 de janeiro. Caso não retornem, a polícia é informada e o preso passa a ser foragido.



 EM BRASÍLIA

SSP participa do lançamento da nova Carteira de Identidade

O diretor do Instituto de Identificação do Maranhão (Ident), Orlando Trinta Arouche, participará no próximo dia 30, do lançamento oficial do Novo Projeto de Registro Civil, que vigorará no país a partir do primeiro semestre de 2011. A solenidade acontecerá às 12h, no Palácio do Planalto em Brasília, e será presidido pelo Presidente Lula, acompanhado do Ministro da Justiça (MJ), Luiz

Paulo Barreto.

Além do Maranhão, todos os estados da federação contarão com representantes. O Ident do Maranhão foi o primeiro estado a implantar a nova forma de registro civil, com a coleta de forma digitalizada da assinatura e da impressão do polegar. A partir da experiência maranhense, o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça destinou

investimentos em material e capacitação de pessoal para implantar o registro entre todos os estados.

Com o novo projeto, intitulado de Registro de Identificação Civil (RIC), as atuais cédulas de identidade serão substituídas num prazo de até nove anos por cartões magnéticos de Policarbonato, que



Diretor do Ident, Orlando Trinta Arouche

terão um chip em que serão armazenadas todas as informações pessoais do cidadão, como cadastro de pessoa física (CPF), dados bancários, de previdência, entre outros. Para ter acesso às informações, o cidadão precisará utilizar a impressão digital e posteriormente passar no leitor para que o chip possa ser lido.

O diretor disse ainda que a nova carteira de identidade poderá ser utilizada em qualquer parte do país, tendo em vista que o sistema utilizado

AFS (sigla em português que significa Sistema Automático de Busca Digital) para fazer as buscas online, impedindo que uma mesma pessoa possa tirar várias carteiras de identidade, estará interligado em todas as secretarias de Justiça e Segurança do país.

O cidadão poderá, a partir data de publicação oficial, se dirigir ao Instituto de Identificação (Rua 14 de Julho, nº 164 - Centro), em frente ao 1º Distrito Policial ou a um dos postos do Viva Cidadão e solici-

tar a troca da cédula. Já as pessoas do interior do estado, devem se dirigir a um dos 200 postos espalhados por várias cidades do Maranhão.

OUTROS PROJETOS - O

Instituto de Identificação é um órgão ligado a Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC), que integra a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Só de janeiro a novembro deste ano, o Instituto emitiu mais de 300 mil cédulas de identidade.

O projeto de Identificação Criminal Online também é um serviço que será disponibilizado para criar um cadastro digital de todas as pessoas que cometem algum tipo de crime. Diferentemente do tradicional, esse novo projeto, não conterá apenas fotografia apenas do rosto do criminoso, mas sim de todo o corpo, além de outras informações e características pessoais.

Os dados serão atualizados diariamente e colocados no cadastro da rede do Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública (Infoseg), interligando o todo o trabalho desenvolvido pelas polícias do Brasil inteiro.

P O L Í C I A

205 presos ganham benefício da saída temporária

Pela quarta vez José
Arrais é beneficiado



205 presos ganham benefício DA SAÍDA TEMPORÁRIA

As festas de fim de ano: sinônimo de "liberdade" para alguns presos. Neste período, a Justiça agracia alguns detentos do sistema prisional do estado com o benefício da saída temporária de Nata/Ano Novo.

Mas nem todos podem ter esse direito. Para concorrer a uma vaga desta breve saída do presídio, o detento tem que está cumprindo pena em regime semiaberto. De acordo com informações do delegado da Superintendência da Polícia Civil, Marcos Wallas Pereira, 134 presos da capital e 71 do interior receberam o benefício. A decisão de liberar os presos foi do juiz da 1ª Vara de execuções penais, Jamil Aguiar da Silva.

Jose Arrais das Neves, de 62 anos, é um dos que deixará a prisão para rever familiares. Ele é natural de Buriticupu. Foi condenado a cumprir pena de 4 anos e 10 me-

ses por tráfico de drogas. Mas jura inocência. "A minha prisão foi armação. Colocaram uma prensa na minha casa e a policia foi lá e me prendeu", revelou.

Neves cumpriu dois anos de cadeia. Está incluído no regime semiaberto desde novembro de 2009. Ele trabalha dentro do presídio de Pedrinha capinando terrenos e limpando esgotos. Esta é a quarta vez que José Arrais é beneficiado com a saída temporária. "Já sai no Dia das Mães, Dia dos Pais e das Crianças", disse.

Ele irá a Buriticupu comemorar as festa de fim de ano com a família. Os detentos beneficiados com a saída temporária de Nata/Ano Novo têm que retornar ao presídio até o dia 3 de janeiro. Caso não retornem, a policia é informada e o preso passa a ser foragido.



É a quarta vez que José Arrais é beneficiado



Servidores são treinados em sistema que reduzirá custos ao TJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) iniciou ontem, 23, o treinamento dos servidores que ficarão responsáveis pelo uso do Certificado Digital - assinatura eletrônica necessária para movimentação do Digidoc, novo sistema que será implantado a partir de 3 de janeiro em substituição ao E-Doc.

Com esse procedimento, o Tribunal cumpre uma das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente a redução de custos, vez que a elaboração de documentos, despachos, pareceres, decisões e outras demandas administrativas pelo sistema evitará o uso excessivo de papel e também de impressão.

"O TJMA é um dos primeiros a adotar esse método no Brasil e essa iniciativa foi elogiada pelos diretores gerais do STJ e STF, durante visita que eu e outros servidores fizemos

a esses órgãos", salientou a diretora geral, Alessandra Darub.

CERTIFICADOS - Durante a capacitação, o diretor de Informática, Paulo Rocha Neto, e o servidor Steferson Ferreira falaram sobre os dois tipos de certificados adotados pelo TJMA.

O tipo A1 não terá custo para o Judiciário maranhense e a senha poderá ser liberada de forma imediata, com a facilidade de ser armazenada em pen-drive e CD, podendo ser acessada pelo servidor autorizado em locais fora do Tribunal, de acordo com a necessidade, a exemplo de um coordenador ou diretor que esteja fora da sua comarca e precise acessar ou assinar um processo.

O tipo A3 tem regulamentação legal e é usado oficialmente em todo país, com emissão a cargo do Banco do Brasil, um prazo maior de emissão e pagamento de custos.

Independente das diferenças existentes entre os modelos de certificados, o diretor ressaltou a importância e a segurança dos dois tipos de assinatura digital para o novo sistema adotado pelo Tribunal.

O próximo treinamento acontecerá na próxima quinta-feira, 30, com o objetivo de capacitar todos os servidores que ficarão responsáveis por esses novos procedimentos no âmbito do Tribunal.

DIGIDOC - A capacitação do novo sistema teve início em dezembro para todos os servidores que farão a movimentação dos documentos. A partir de dezembro, as informações sobre o uso dessa nova ferramenta foram disponibilizadas por videoaula, pela intranet no link digidoc.

05

GERAL

Projeto de juízes de Timon é premiado pela AMMA

O projeto "Construindo a Liberdade" de autoria dos juízes Francisco Ferreira de Lima e Josemilton Barros, titulares das 5ª e 6ª varas de Timon, foi o vencedor do Prêmio AMMA, que homenageia as melhores práticas do judiciário estadual. O prêmio é elaborado pela Associação dos Magistrados do Maranhão e está na sua quarta edição. Parcerias com empresas para absorver mão-de-obra do sistema prisional e a construção de uma creche para filhos de detentos, por presos em sistema semi-aberto.

Projeto de juízes de Timon é premiado pela AMMA

O projeto "Construindo a Liberdade" de autoria dos juízes Francisco Ferreira de Lima e Josemilton Barros, titulares das 5ª e 6ª varas de Timon, foi o vencedor do Prêmio AMMA, que homenageia as melhores práticas do judiciário estadual. O prêmio é elaborado pela Associação dos Magistrados do Maranhão e está na sua quarta edição.

Parcerias com empresas para absorver mão-de-obra do sistema prisional e a construção de uma creche para filhos de detentos, por presos em sistema semi-aberto. Essa é a essência da iniciativa dos magistrados timonenses. Projeto de juízes de Timon é premiado pela AMMA

O projeto "Construindo a Liberdade" de autoria dos juízes Francisco Ferreira de Lima e Josemilton Barros, titulares das 5ª e 6ª varas de Timon, foi o vencedor do Prêmio AMMA, que homenageia as melhores práticas do judiciário estadual. O prêmio é elaborado pela Associação dos Magistrados do Maranhão e está na sua quarta edição.

Parcerias com empresas para absorver mão-de-obra do

sistema prisional e a construção de uma creche para filhos de detentos, por presos em sistema semi-aberto. Essa é a essência da iniciativa dos magistrados timonenses.

Cinco empresas de Timon integram a lista de parceiros do Judiciário timonense na ressocialização de ex-detentos. Por meio da parceria, 22 egressos trabalham com carteira assinada nessas firmas.

Os benefícios se estendem a presos que cumprem pena na comarca e que se encontram em regime semi-aberto (podem trabalhar durante o dia e voltar à cadeia para dormir).

Dez detentos incluídos nesse sistema trabalham na obra da creche, que atenderá a filhos de presos de Timon. O trabalho, a título de voluntariado (não recebem remuneração), rende a eles a remissão da pena.

A remissão, prevista na Lei de Execução Penal, consiste em deduzir um dia de prisão a cada três dias trabalhados. De modo a incentivar os detentos, os juízes transformaram em um dia de remissão cada dia de trabalho.

Segundo o juiz Francisco

Ferreira de Lima, "esse prêmio nos estimula ainda mais no sentido de elaborar projetos que tragam benefícios concretos à sociedade. O programa, além de ressocializar detentos, é benéfico para os familiares dos presos e sociedade", ressalta.

Também foram premiadas as práticas "Conselho da Comunidade", da juíza Lúcia Helena Heluy, e "O Poder Judiciário e a Melhor Idade: Em Busca da Efetivação dos Direitos dos idosos", da juíza Josane Farias Braga.

Os nomes juízes dos vencedores do Prêmio AMMA 2010 foram conhecidos na terça-feira, 21, em solenidade no Chico's Restaurante.

SÃO RAIMUNDO

PC discute medidas de segurança com líderes

Dezenas de lideranças do São Raimundo estiveram reunidos, na tarde desta quarta-feira (22), para tratar sobre medidas a serem implementadas visando garantir tranquilidade nas ruas do bairro de São Luís. O encontro aconteceu na Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), no prédio da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Participaram o superintendente de Polícia Civil da capital, delegado Sebastião Uchôa; o delegado-adjunto da SPCC, Marcos Wallace; o delegado de Polícia Civil do 15º Distrito Policial no São Raimundo, Amarildo Passos; e a delegada da Especializada de Costumes, Irla Lima. Entre os pontos em pauta, o índice de criminalidade e a poluição sonora de estabelecimentos noturnos que extrapolam o horário de funcionamento permitido.

O superintendente Sebastião Uchôa afirmou que o "Programa Polícia Civil nas Ruas" será expandido para aquela área. A iniciativa atua em investidas preventivas de policiais civis nos bairros, sempre aos finais de semana. Quanto à problemática da po-

luição sonora no bairro, os proprietários destes serão devidamente advertidos e, em casos extremos, punidos na forma da lei.

Um dos estabelecimentos levantados pelos moradores na reunião estava um lava-jato, localizado em uma das principais vias do São Raimundo. Segundo os moradores, o estabelecimento serve de palco para festas irregulares, aglomeração de pessoas e tráfico de drogas.

Foi feita a denúncia de que o proprietário se utiliza indevidamente da cobertura de autoridades públicas para garantir o funcionamento, como desembargadores e juízes. "Vamos instaurar inquérito policial e providenciar uma ação para coibir este abuso", garantiu Uchôa.

O delegado Marcos Wallace, ressaltou o decréscimo dos índices de criminalidade, em especial, os percentuais de crimes por homicídio elucidados, desde a inauguração da Delegacia do São Raimundo, em agosto de 2009. De acordo com ele, foram registrados 35 homicídios, sendo que 27 foram elucidados.



O delegado Uchôa com líderes

SAÍDA TEMPORÁRIA

Mais de 200 detentos são beneficiados

As festas de fim de ano: sinônimo de "liberdade" para alguns presos. Neste período, a Justiça agracia alguns detentos do sistema prisional do estado com o benefício da saída temporária de Nata/Ano Novo.

Mas nem todos podem ter esse direito. Para concorrer a uma vaga desta breve saída

do presídio, o detento tem que está cumprindo pena em regime semiaberto. De acordo com informações do delegado da Superintendência da Polícia Civil, Marcos Wallas Pereira, 134 presos da capital e 71 do interior receberam o benefício. A decisão de liberar os presos foi do juiz da 1ª Vara de execuções penais, Jamil Aguiar da Silva.

Servidores do TJMA são treinados em sistema que reduzirá os custos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) iniciou ontem, quinta-feira, 23, o treinamento dos servidores que ficarão responsáveis pelo uso do Certificado Digital - assinatura eletrônica necessária para movimentação do Digidoc, novo sistema que será implantado a partir de 3 de janeiro em substituição ao E-Doc.

Com esse procedimento, o Tribunal cumpre uma das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente a redução de custos, vez que a elaboração de documentos, despachos, pareceres, decisões e outras demandas administrativas pelo sistema evitará o uso excessivo de papel e também de impressão.

"O TJMA é um dos primeiros a adotar esse método no Brasil e essa iniciativa foi elogiada pelos diretores gerais do STJ e STF, durante visita que eu e outros servidores fizemos a esses órgãos", salientou a diretora geral, Alessandra Darub.

Certificados - Durante a capacitação, o diretor de Informática, Paulo Rocha Neto, e o servidor Steferson Ferreira falaram sobre os dois tipos de certificados adotados pelo TJMA.

O tipo A1 não terá custo para o Judiciário maranhense e

a senha poderá ser liberada de forma imediata, com a facilidade de ser armazenada em pendrive e CD, podendo ser acessada pelo servidor autorizado em locais fora do Tribunal, de acordo com a necessidade, a exemplo de um coordenador ou diretor que esteja fora da sua comarca e precise acessar ou assinar um processo.

O tipo A3 tem regulamentação legal e é usado oficialmente em todo país, com emissão a cargo do Banco do Brasil, um prazo maior de emissão e pagamento de custos.

Independente das diferenças existentes entre os modelos de certificados, o diretor ressaltou a importância e a segurança dos dois tipos de assinatura digital para o novo sistema adotado pelo Tribunal.

O próximo treinamento acontecerá na próxima quinta-feira, 30, com o objetivo de capacitar todos os servidores que ficarão responsáveis por esses novos procedimentos no âmbito do Tribunal.

Digidoc - A capacitação do novo sistema teve início em dezembro para todos os servidores que farão a movimentação dos documentos. A partir de dezembro, as informações sobre o uso dessa nova ferramenta foram disponibilizadas por videoaula, pela intranet no link digidoc.

Curiosidade

Acredite se quiser: Poder Judiciário e Ministério Público (MPE) se uniram para combater a poluição sonora em Itinga, na Região Tocantina.

Por meio de portaria assinada pelo juiz Duarte Ribeiro e pelo promotor Gleudson Malheiros, determinam que as polícias Civil e Militar coíbam o uso excessivo de som em veículos, casas comerciais, bares e clubes.

A providência foi tomada porque, segundo eles, a situação estava insuportável.

CNJ sugere mudanças nas casas de internação de adolescentes no MA

Relatório sobre visitas às unidades da Funac com as sugestões será enviado ao Governo

BRASÍLIA - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai recomendar ao Governo do Maranhão providências para garantir a ressocialização dos adolescentes submetidos a medidas socioeducativas no estado. Ao Poder Judiciário local será proposta a capacitação e atualização dos magistrados e servidores das varas da Infância e da Juventude para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

A decisão resulta de relatório apresentado pela equipe do Programa Medida Justa, do CNJ, que percorre o país para fazer um diagnóstico da situação processual dos adolescentes privados de liberdade e das condições física e pedagógica das unidades de internação.

Criado para que os adolescentes tenham tratamento diferenciado dos adultos, o programa busca, dessa forma, acelerar o processo de implantação das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase). A visita ao Maranhão foi realizada entre os dias 19 e 25 de setembro e contou com a participação de representantes do Governo e do Judiciário do estado.

O Maranhão tem quatro unidades de internação - duas na capital São Luís, uma no município de São José de Ribamar e outra em Imperatriz. O pequeno número de unidades e a concentração de três delas na região metropolitana de São Luís, segundo a equipe do Medida Justa, dificulta um maior convívio dos internos com seus familiares, com prejuízos ao processo de ressocialização.

Unidades - A equipe do Medida

Mais

Para a tomada de providências, o relatório sobre a visita será entregue ao Governo do Estado, ao presidente e ao corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão, à Corregedoria Nacional de Justiça, ao procurador-geral de Justiça do Estado, ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, à Fundação Estadual da Criança e do Adolescente, ao Defensor Público Geral do Estado e a outras autoridades.

Justa atestou também que as instalações físicas de todas as unidades estão comprometidas. Além disso, elas têm arquitetura prisional, dificultando a promoção de atividades lúdicas, esportivas, de lazer ou profissionalizante. Nenhuma separa os internos por idade, compleição física ou gravidade da infração cometida, configurando risco à segurança dos adolescentes.

Quanto às varas da Infância e da Juventude, responsáveis pela fiscalização da execução da medida de internação, foram verificadas práticas não recomendáveis, que acarretam prejuízos aos adolescentes. Há, por exemplo, casos de internações sem o amparo de decisão judicial, com adolescentes privados de liberdade irregularmente.

A equipe do Medida Justa constatou também que o período de internação provisória - 45 dias - está sendo tomado como prazo certo e não máximo, "ocorrendo situações em que, apesar de sentenciado o processo e aplicado ao adolescente medida em meio aberto [Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade], o início do cumprimento da medida estava a aguardar o transcurso do prazo de 45 dias de internação provisória", informa o relatório.

Detentos ganham a saída temporária

Cerca de 250 presos em regime semi-aberto foram beneficiados com a saída temporária para passar o Natal e o Ano-Novo com a família. Eles devem voltar para a prisão no dia 3 de janeiro de 2011. **Polícia C6**

Justiça beneficia presos com a saída temporária

Cerca de 250 detentos do sistema semi-aberto em todo o estado passarão Natal e Ano Novo com seus familiares e devem retornar às penitenciárias no dia 3 de janeiro de 2011

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Cerca de 250 detentos do sistema prisional do Maranhão ganharam ontem o direito de passar o Natal e o Ano Novo com suas famílias. A saída temporária foi concedida pelo juiz de Direito Jamil Aguiar da Silva, da Vara de Execuções Penais, beneficiando somente os internos em regime semi-aberto. Segundo o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, apesar de estarem fora dos presídios, os sentenciados precisam seguir algumas regras impostas pela Justiça.

“Além de estarem em regime semi-aberto, esses detentos estão sendo beneficiados porque demonstraram bom comportamento e já cumpriram 1/6 da pena. Natal e Ano Novo são datas tradicionais, que remetem à importância da união familiar, e por conta desse detalhe o preso que recebe o direito de sair temporariamente não pode usar dessa benfeitoria para se afastar do seio familiar, freqüentar locais propícios a prática de novos delitos e consumos de drogas lícitas ou não”, disse Serejo.

Na penitenciária de Pedrinhas, assim como nas demais unidades prisionais da capital e do interior, a liberação dos detentos começou por volta das 9h30. Convocados a saírem de suas celas, os presos assinaram o termo de compromisso que determina o retorno impreterível até as 18h do dia 3 de janeiro. Um dos primeiros a rubricar o documento

foi Francisco da Silva Coelho Júnior, de 34 anos, recluso na penitenciária desde 2006 pela prática de homicídio. Ele disse que estava ansioso para reencontrar a família, no interior.

“Fui condenado há 16 anos e graças a Deus nunca tive problemas aqui na penitenciária. Esta é a quarta vez que saio temporariamente e cumpro rigorosamente com os prazos e horários determinados pela Justiça. Não posso perder o próximo ônibus para o município de São Bernardo. Estou morrendo de saudade da minha filha, esposa, e meus pais que estão me esperando no povoado Pedrinhas”, disse Coelho Júnior.

Punição - Durante a saída dos detentos, o secretário-adjunto de Administração Penitenciária aproveitou para alertar os beneficiados sobre a penalidade pelo não cumprimento da Portaria 061/2010 do Poder Judiciário. Quem não retornar aos presídios até a data pré-estabelecida, estará sujeito a uma cautelar de regressão de regime, que prevê o fim da concessão de benefício do regime semi-aberto para o preso, que voltará ao regime fechado. “A partir desta situação, o juiz pode considerar o detento como foragido”, lembrou Serejo.

Sobre as denúncias do Fantástico (revista eletrônica da TV Globo), no dia 5 - que mostrou a conduta irregular de 28 presos que gozam do regime semi-aber-

to no Maranhão e em mais dois estados -, Serejo afirmou que os seis detentos mostrados na reportagem perderam o direito de saírem durante o dia para trabalhar. Entre os casos denunciados, um estaria sendo reavaliado pela Justiça, que envolve Kilson Conceição Cascais Silva, de 33 anos, condenado há seis anos e seis meses por atentado violento ao pudor (crime sexual).

Em entrevista a *O Estado*, Kilson Silva afirmou que trabalha, sim, como auxiliar de gabinete da Câmara Municipal de São José de Ribamar, mas que tinha sido liberado por licença médica. “Não estou saindo hoje, mas tenho fé em Deus que a Justiça não vai tirar meu direito de sair para trabalhar e também de passar o Natal e Ano novo com a minha família”, disse.



Detentos da penitenciária reunidos para a assinatura do termo e compromisso para a saída temporária

■ Saída temporária

Nove detentos da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) receberam o benefício de saída temporária do Natal e Ano Novo. Os nove detentos, cujos nomes não foram divulgados, por questão de segurança, terão sete dias para ficarem com a família, haja vista que o período de saída temporária vai de amanhã (24) ao dia 31 de dezembro. O retorno acontecerá no dia 1º de janeiro de 2011, até as 20 horas. A determinação para a saída temporária dos nove presos da CCPJ foi da juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz.

■ Retorno

Têm direito à saída temporária os presos que já se encontram em regime semiaberto, que tenham bom comportamento e que já cumpriram pelo menos 1/6 da pena. O diretor da CCPJ, Juarez Júnior, chama a atenção dos detentos que receberam o benefício de saída temporária para a questão do retorno ao presídio. Que não deixem de cumprir os horários pré-estabelecidos para que não se prejudiquem quanto à progressão da pena. Juarez Júnior disse que o número de detentos que receberiam a saída temporária de Natal e Ano Novo poderia ser maior, entretanto os outros detentos já receberam o benefício de estarem albergados, ou seja, com direito a sair para trabalhar e retornar no fim da tarde.

■ LEP

A saída temporária para o preso visitar a família está prevista na Lei de Execução e pode ser concedida cinco vezes ao ano. Cada saída poderá durar até sete dias corridos, portanto para permitir que os presos passem o Natal e o Ano Novo com seus familiares. Vale ressaltar que essa autorização para saída temporária não é indulto, pois o indulto prevê a extinção da pena. No Maranhão, não se tem notícia que algum preso tenha obtido indulto de Natal. O processo para a concessão do indulto também é analisado pelo juiz da Vara de Execuções, mas a autorização final é assinada pelo governo federal.

SAÍDA NATALINA (1)

Só do sistema penitenciário de São Luís, a Justiça mandou ontem para casa 140 presos beneficiados com o indulto de Natal, previsto na Lei de Execuções Penais. A diferença dos anos anteriores é que os egressos do interior poderão sair de São Luís e visitar os familiares. O que eles não podem, porém, é ultrapassar as divisas do Maranhão.

SAÍDA NATALINA (2)

Outra concessão concedida pelo juiz das execuções penais, Jamil Aguiar da Silva, com o conhecimento do CNJ, é que, ao invés da divisão do período natalino e ano-novo em duas etapas da saída provisória, foram concedidos 10 dias ininterruptos.

SAÍDA NATALINA (3)

Os apenados terão que retornar à cadeia no dia 3 de janeiro, segunda-feira. O juiz avisa que todo o sistema estadual e federal de segurança pública está informado sobre a saída temporária e quem tentar burlar a justiça será capturado e sofrerá as penalidades da lei. As polícias podem checar os dados de cada um, imediatamente, em qualquer esfera de ação, pois eles estão todos no sistema integrado.

205 PRESOS GANHAM LIBERDADE PROVISÓRIA DE PRESENTE DE NATAL

A Justiça concedeu benefício da saída temporária para presos do regime semiaberto, como José Arrais das Neves, 62 anos. Eles saíram ontem e devem retornar dia 3 de janeiro.

PÁGINA 12



Livres, ainda que temporariamente

Mais de 200 presos do regime semiaberto, da capital e do interior, saíram de vários presídios para passar as festas de Natal e réveillon. Prazos devem ser cumpridos

TERESA DIAS

Ontem pela manhã, presos do regime semiaberto ganharam saídas temporárias para o Natal e ano-novo. O benefício é das 8h do dia 23 às 18h do dia 26, e das 8h do dia 31 às 18h do dia 2 de janeiro. Dentre as unidades cujos detentos receberam o benefício, estão a Penitenciária de Pedrinhas, o Presídio São Luís, o Presídio Feminino e as Casas de Albergado. Na capital, foram 321 pedidos, sendo 134 deferidos. No

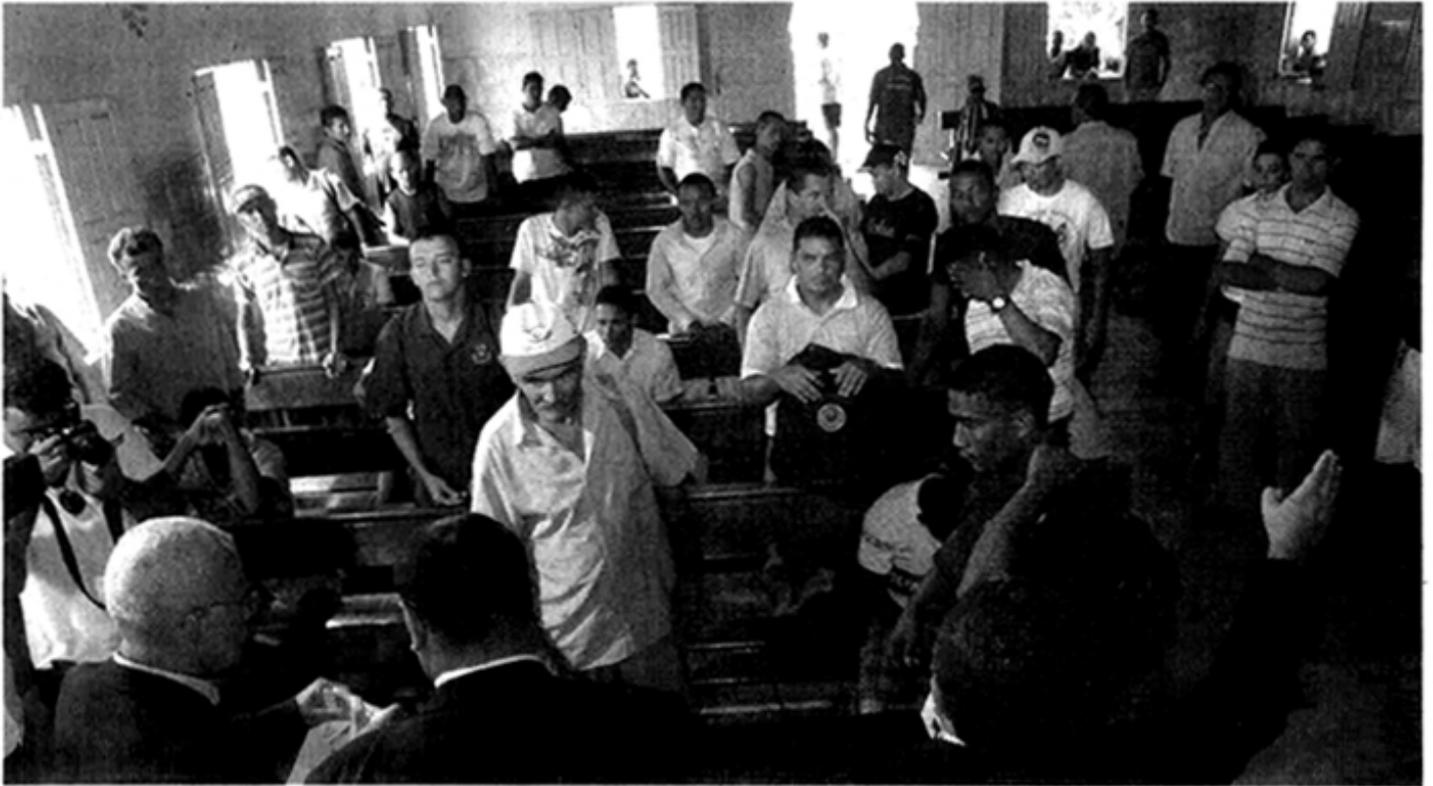
interior, a concessão foi dada a 71 presos. A maioria é do município de Pedreiras, com 29 liberações, seguido por Imperatriz, com 17.

A expectativa era grande do outro lado dos muros. A manicure Maria da Assunção Mendes, 30, aguardava pelo marido, um ex-vigia condenado por assalto a mão armada. O casal tem quatro filhos, e desde a prisão, Maria da Assunção tem que sustentar as crianças sozinha. "A cada vez que ele sai, a esperança de liberda-

de se renova", disse.

José Arrais das Neves, 62, condenado a quatro anos e dez meses por tráfico, era um dos detentos beneficiados. Ele está no regime semiaberto desde novembro. Cumpriu parte da pena no município de Bom Jardim e há cerca de um ano está em Pedrinhas, onde se ocupa com serviços de capina e esgoto. Ele está recebendo o benefício pela quarta vez. As outras três ocasiões foram o Dia das Mães, dos Pais e das Crian-

FOTOS: A. BAÊTA/OIMP/D.A.PRESS



PRESOS AGUARDAM ANSIOSOS OS DOCUMENTOS DA JUSTIÇA QUE ASSEGURAM LIBERDADE

ças. Viajará de ônibus para o povoado de Presa de Porco, próximo a Buriticupu. "Encontrarei minha família, mulher, filhos e seis netos. É um alívio poder sair".

As viagens só são permitidas dentro do Maranhão. Os presos não podem se ausentar do estado, salvo por motivo justificado e autorização expressa do juiz Jamil Aguiar da Silva, titular da Vara de Execuções Criminais e Penas.

Em reunião realizada ontem às 9h na capela da Penitenciária de Pedrinhas, os presos assinaram um termo de compromisso, em que concordavam com as condições e horários estabelecidos. Entretanto, muitos deles afirmavam desde

já que encontrariam dificuldades para cumpri-lo. Viagens ao interior eram justamente os principais pretextos. Jean da Costa Silva, 27, condenado a cinco anos por tráfico, disse que a falta de transporte provavelmente o faria emendar as saídas e retornar somente no dia 2 do município de Buriti, para onde viajaria. "Estou indo de carona, e será difícil conseguir voltar no domingo".

O secretário-adjunto de administração penitenciária João Bispo Serejo reconheceu o problema, e disse que em casos devidamente justificados, decorrentes de falta de meio de locomoção, poderão ser abertas exceções.

Para ter direito à saída temporária, o detento precisa estar no regime semiaberto, ter cumprido até um sexto da pena se for réu primário e um quarto se for reincidente, e estar há pelo menos seis meses sem cometer infrações, como participação em rebelião, tentativa de fuga ou agressão. A autorização é concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária. A Lei da Execução Penal diz ainda que os presos devem fornecer o endereço de onde encontrarão, se recolher à residência no período noturno e não frequentar bares, casas noturnas e estabelecimentos do gênero.

Projeto de juízes de Timon é premiado pela AMMA

O projeto "Construindo a Liberdade" de autoria dos juízes Francisco Ferreira de Lima e Josemilton Barros, titulares das 5ª e 6ª varas de Timon, foi o vencedor do Prêmio AMMA, que homenageia as melhores práticas do judiciário estadual. O prêmio é elaborado pela Associação dos Magistrados do Maranhão e está na sua quarta edição.

Parcerias com empresas para absorver mão de obra do sistema prisional e a construção de uma creche para filhos de detentos, por presos em sistema semi-aberto. Essa é a essência da iniciativa dos magistrados timonenses. Projeto de juízes de Timon é premiado pela AMMA

O projeto "Construindo a Liberdade" de autoria dos juízes Francisco Ferreira de Lima e Josemilton Barros, titulares das 5ª e 6ª varas de Timon, foi o vencedor do Prêmio AMMA, que homenageia as melhores práticas do judiciário estadual. O prêmio é elaborado pela Associação dos Magistrados do Maranhão e está na sua quarta edição.

Parcerias com empresas para absorver mão-de-obra do sistema prisional e a construção de uma creche para filhos de detentos, por presos em sistema semi-aberto. Essa é a essência da iniciativa dos magistrados timonenses.

Cinco empresas de Timon integram a lista de parceiros do Judiciário timonense na ressocialização de ex-detentos. Por meio da

parceria, 22 egressos trabalham com carteira assinada nessas firmas. Os benefícios se estendem a presos que cumprem pena na comarca e que se encontram em regime semi-aberto (podem trabalhar durante o dia e voltar à cadeia para dormir).

Dez detentos incluídos nesse sistema trabalham na obra da creche, que atenderá a filhos de presos de Timon. O trabalho, a título de voluntariado (não recebem remuneração), rende a eles a remissão da pena.

A remissão, prevista na Lei de Execução Penal, consiste em deduzir um dia de prisão a cada três dias trabalhados. De modo a incentivar os detentos, os juízes transformaram em um dia de remissão cada dia de trabalho.

Segundo o juiz Francisco Ferreira de Lima, "esse prêmio nos estimula ainda mais no sentido de elaborar projetos que tragam benefícios concretos à sociedade. O programa, além de ressocializar detentos, é benéfico para os familiares dos presos e sociedade", ressalta.

Também foram premiadas as práticas "Conselho da Comunidade", da juíza Lúcia Helena Heluy, e "O Poder Judiciário e a Melhor Idade: Em Busca da Efetivação dos Direitos dos idosos", da juíza Josane Farias Braga. Os nomes juízes dos vencedores do Prêmio AMMA 2010 foram conhecidos na terça-feira, 21, em solenidade no Chico's Restaurante.

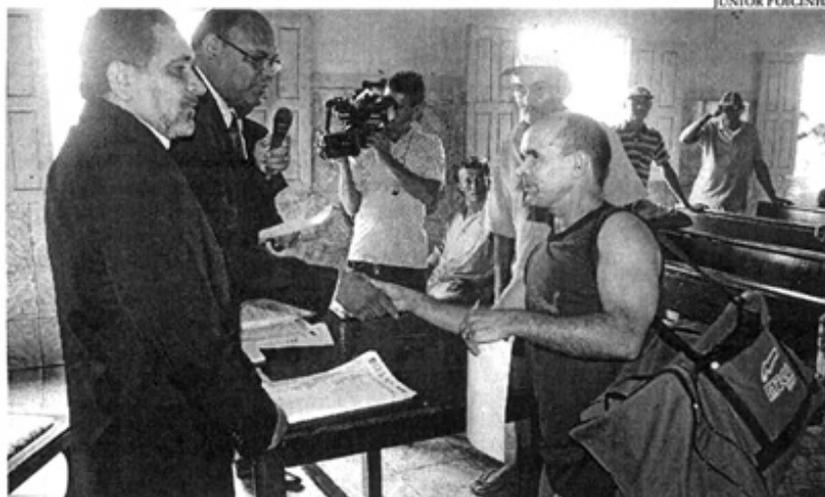
■ Comarca de Imperatriz

Final de ano festivo na Comarca de Imperatriz. Magistrados, servidores, terceirizados, familiares e amigos marcaram presença no clube da AABB, dia 11, em confraternização com direito a almoço, jogos e diversão para as crianças. A final do campeonato de futsal da comarca – vencido pela equipe dos Estagiários/Analistas – foi disputada durante o evento. Em ação beneficente promovida por servidores da justiça em parceria com os Correios, dia 15, foram entregues presentes ao Papai Noel, com apresentação da banda de Flautas Doces, formada por crianças de escolas municipais e convidada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, Delvan Távares. A ideia teve origem na 4ª Vara Criminal e foi abraçada por servidores, juizados e anexo. Este ano foram distribuídas 80 cartinhas de crianças carentes a secretarias e setores do Fórum de Imperatriz, que se encarregaram de atender aos pedidos.

Presos são beneficiados com saída temporária do período natalino

Cerca de 250 presos da capital e do interior do Maranhão foram beneficiados, ontem, com a saída temporária para o período natalino. A liberação se deu por meio de uma portaria concedida pela Vara de Execuções

Penais, depois da análise minuciosa dos processos de cada requerente. Os detentos têm o prazo até as 18h do dia 3 de janeiro de 2011 para retornar e se apresentar em suas respectivas unidades prisionais. **PÁGINA 5**



Preso no momento da liberação concedida pela Vara de Execuções Penais

Presos são beneficiados com saída temporária do período natalino

Foram registradas mais de 400 solicitações em todo o sistema prisional do Maranhão

POR GABRIELA SARAIVA

Por volta das 9h30 de ontem, cerca de 250 presos da capital e do interior do Maranhão foram beneficiados com a saída temporária para o período natalino. A liberação se deu por meio de uma portaria concedida pela Vara de Execuções Penais, depois da análise minuciosa dos processos de cada requerente. Os detentos têm o prazo até as 18h do dia 3 de janeiro de 2011 para retornar e se apresentar em suas respectivas unidades prisionais.

De acordo com o secretário adjunto de Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, foram beneficiados os presos que já cumpriram 1/6 da pena, já tiveram a pena regredida para o regime semiaberto, além de bom comportamento, requisitos estes fundamentais para escolha de quem pode receber o direito da saída temporária. O secretário também frisou que, mesmo estando fora das unidades prisionais, os presos não deixaram de ser detentos e por esse motivo precisam respeitar as determinações. "O Natal é um data destinada para família e os condenados não podem frequentar bares, prostíbulos, locais de badernas. Caso eles sejam flagrados nestes lugares, serão autuados e encaminhados para suas respectivas unidades, como já aconteceu em anos anteriores. Eles estão saindo temporariamente, mas continuam sendo presos e precisam respeitar as determinações", destacou João Serejo.

Os liberados têm a permissão de circular em território de todo o Maranhão, não podendo sair do estado. Segundo o secretário adjunto, aqueles que não retornarem no prazo estabelecido vão ter os nomes encaminhados para o juiz da Vara de Execuções Penais, Jamil Aguiar da Silva, que determinará de forma cautelosa a regressão do regime semiaberto para o fechado. De acordo com a portaria da 061/2010, entre os beneficiados estão detentos que cumprem pena na Penitenciária de Pedrinhas, no Presídio São

Lufs, na Casa de Detenção, no Presídio Feminino e na Casa do Albergado Masculina e Feminina. Na relação constam presos das cidades de Timon, Caxias, Pedreiras, Chapadinha, Açailândia, Imperatriz, além da capital maranhense.

Segundo o diretor da penitenciária de Pedrinhas, Adelmo Araújo Correa, a expectativa é que diminua, ainda mais, o número de presos que não retornam para o sistema prisional. No ano passado, cerca de 160 presos receberam o benefício da saída temporária e cerca de sete não retornaram. "Nas últimas saídas o número de presos que não retornaram diminuiu bastante. Geralmente os que não retornam são aqueles que têm maior dificuldade de convivência social, ou aqueles que voltam a ter contato com os antigos amigos do crime e acabam tendo uma recaída para a prática de ações criminosas. Na maioria das vezes, eles são recapturados e autuados em flagrante pelo cometimento de outros delitos", explicou Adelmo Araújo.

Wagner Farias Monteiro, 23 anos, cumpre pena no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e sua família mora na cidade de Codó. Ele, que cumpre pena por assalto, já pagou um ano e quatro meses de sua condenação de cinco anos e sete meses. Em regime semiaberto, essa é a primeira vez que Wagner recebe o benefício. "Me sinto alegre de poder ver minha família. É uma benção que está caindo do céu para mim. Com certeza, vou fazer tudo certinho e retornar", afirmou.

Júlio Cesar, por sua vez, contou que esta já é a segunda vez que recebe a permissão para a saída temporária. Segundo o detento, na primeira vez ele retornou no prazo determinado e conseguiu novamente a gratificação. Cesar, que já cumpriu dois anos e quatro meses da pena de três anos por tráfico de drogas, contou que após os seis meses em regime fechado obteve a oportunidade de cumprir a pena em regime semiaberto, mas acabou tendo a regressão do benefício

depois de obedecer a Justiça. "Desde essa época, procuro fazer as coisas de forma correta. Hoje, eu trabalho dentro do presídio fazendo serviços de encanação. O lugar para a gente ficar é lá fora e para conseguir isso é preciso fazer tudo certinho. Agora vou rever minha família, em nome de Jesus", contou.

Rever a família – O caso mais interessante é o do senhor José Arrais das Neves, 62 anos. Ele contou que já cumpriu dois anos e seis meses da pena de quatro anos e dez meses. Hoje, em regime semiaberto, José Arrais faz serviços de capinagem em Pedrinhas e está recebendo o benefício pela quarta vez. "Estou indo para Buriticupu para rever minha mulher, meus filhos e meus netos. Já está todo mundo me esperando, até aqueles que moram mais longe", contou, animado.



Detentos do Complexo de Pedrinhas recebem a solicitação para passar o Natal em casa.



José Arrais sai feliz com destino a Buriticupu para rever sua família.

Servidores são treinados em sistema que reduzirá custos ao TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) iniciou ontem, 23, o treinamento dos servidores que ficarão responsáveis pelo uso do Certificado Digital – assinatura eletrônica necessária para movimentação do Digidoc, novo sistema que será implantado a partir de 3 de janeiro em substituição ao E-Doc.

Com esse procedimento, o Tribunal cumpre uma das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente a redução de custos, vez que a elaboração de documentos, despachos, pareceres, decisões e outras demandas administrativas pelo sistema evitará o uso excessivo de papel e também de impressão.

“O TJMA é um dos primeiros a adotar esse método no Brasil e essa

iniciativa foi elogiada pelos diretores gerais do STJ e STF, durante visita que eu e outros servidores fizemos a esses órgãos”, salientou a diretora geral, Alessandra Darub.

Certificados – Durante a capacitação, o diretor de Informática, Paulo Rocha Neto, e o servidor Stefferson Ferreira falaram sobre os dois tipos de certificados adotados pelo TJMA.

O tipo A1 não terá custo para o Judiciário maranhense e a senha poderá ser liberada de forma imediata, com a facilidade de ser armazenada em pendrive e CD, podendo ser acessada pelo servidor autorizado em locais fora do Tribunal, de acordo com a necessidade, a exemplo de um coordenador ou

diretor que esteja fora da sua comarca e precise acessar ou assinar um processo.

O tipo A3 tem regulamentação legal e é usado oficialmente em todo país, com emissão a cargo do Banco do Brasil, um prazo maior de emissão e pagamento de custos.

Independente das diferenças existentes entre os modelos de certificados, o diretor ressaltou a importância e a segurança dos dois tipos de assinatura digital para o novo sistema adotado pelo Tribunal.

O próximo treinamento acontecerá na próxima quinta-feira, 30, com o objetivo de capacitar todos os servidores que ficarão responsáveis por esses novos procedimentos no âmbito do Tribunal.

Comarca de Imperatriz encerra o ano com eventos diversificados

Final de ano festivo na Comarca de Imperatriz. Magistrados, servidores, terceirizados, familiares e amigos marcaram presença no clube da AABB, em confraternização com direito a almoço, jogos e diversão para as crianças. A final do campeonato de futsal da comarca – vencido pela equipe dos Estagiários/Analistas – foi disputada durante o evento.

Em ação beneficente promovida por servidores da justiça em parceria com os Correios, dia 15, foram entregues presentes ao Papai Noel, com apresentação da banda de Flautas Doces, formada por crianças de escolas municipais e convidada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, Delvan Tavares.

TODOS JUNTOS

A ideia teve origem na 4ª Vara Criminal e foi abraçada por servidores, juizados e anexo. Este ano foram distribuídas 80 cartinhas de crianças carentes a secretarias e setores do Fórum de Imperatriz, que se encarregaram de atender aos pedidos.

Na ocasião, o juiz da 4ª Vara Criminal, Weliton Sousa Carvalho, fez o lançamento dos livros “Sustos do Silêncio” e “Tempo em Conserva” e do livro de poesia infantil “Pés no Chão, Cabeça nas Nuvens”. O dinheiro com a venda foi revertido para obras na Casa de Passagem de Imperatriz.

Servidores, juizes, promotores, advogados e cidadãos estiveram reunidos no Fórum, dia 16, para a Missa de Fim de Ano. Ao final, foram brindados com café da manhã.

CANTATA

No dia 17, sob a regência do maestro Giovanni Pietrinni, o Coral de Imperatriz apresentou a Cantata de Natal com repertório especial para membros do fórum, promotorias e OAB.

O prefeito Sebastião Madeira, o juiz diretor do Fórum, Adolfo Pires da Fonseca Neto, o presidente da OAB, Vandir Jr, e a representante do Ministério Público, promotora Fernanda Helena, estiveram no evento, que ocorreu em parceria com a prefeitura, por meio da SEDES, e Fundação Cultural.

Juiz e promotor combatem poluição sonora em itinga

A população do município de **Itinga**, 636 km de São Luís, vai ter **mais paz auditiva**. Portaria conjunta do poder Judiciário e do **Ministério Público** visando combater a **poluição sonora** na cidade, principalmente de carros com **elevado volume de som**, foi determinada, pelo juiz Duarte Henrique Ribeiro e o promotor de Justiça Gleudson Malheiros Guimarães.

A Portaria determina que a **polícia civil e militar de Itinga realizem periódica fiscalização**, em **veículos equipados com som automotivo**, bem como nos **estabelecimentos comerciais do tipo bar, lanchonete e clube**, a fim de reprimir a prática da **poluição sonora**. Segundo a lei, a **poluição sonora é caracterizada pelos seguintes valores**: acima

de 65 decibéis no período diurno e acima de 55 no período noturno. Para quem não respeitar a medida, a lei prevê penas que vão de prisão simples, de 15 dias a 03 meses e multa, até reclusão de 1 a 4 anos e multa.

O promotor de Justiça e o juiz justificam a Portaria devido as constantes reclamações dos moradores da cidade, cujo bem-estar é incomodado por pessoas que estacionam seus veículos nas ruas e praças públicas, principalmente em frente a bares e lanchonetes, abusando do som amplificado instalado nos veículos, em qualquer hora do dia e da noite. De acordo com eles, a poluição sonora atrapalha o sossego e o descanso alheio, principalmente dos idosos.